

Começam as atividades do projeto 'Cidade Sustentável é Cidade Legal'



Beneficiários (as) do projeto participam de reunião em Mussumagro

Para iniciar o projeto 'Cidade Sustentável é Cidade Legal', a Fundação manteve, durante os meses de julho e agosto, constante contato com representantes das comunidades Citex, Paratibe e Mussumagro em João Pessoa, e Padre Higinio, em Sapé. Foram realizadas reuniões para apresentar o projeto, que tem o objetivo de iniciar o processo de regularização fundiária das áreas. De acordo com José Marcos Salgueiro, coordenador do projeto, também foram apresentadas as atividades de geração de emprego e renda.

“Na comunidade Citex, serão oficinas de educação ambiental, para aprender a fazer o sabão ecológico e como deve se preparar o sabão para a venda”, afirma. Euricleide Floro, advogada integrante do projeto, informa que em Mussumagro e Paratibe serão feitas oficinas de serigrafia, corte e costura e artesanato. Já em Sapé, os temas das oficinas serão Crochê e Sabão Ecológico.

Dez representantes de cada comunidade ainda farão parte do Curso sobre Direito da Cidade, onde aprenderão noções do Plano Diretor, Estatuto da Cidade, Direito à Moradia, o que são Zonas

Especiais de Interesse Social (Zeis), Saneamento Ambiental, Orçamento Público Municipal e Lei de Acesso à Informação. Todos esses assuntos, conforme afirma Euricleide, serão repassados através da contribuição de outras pessoas que serão chamadas para formar parcerias com a Fundação.

Já foram montados os calendários para a realização dessas atividades, em consonância com a disponibilidade de cada comunidade.

As primeiras oficinas serão realizadas no final de setembro.

Editorial

Os protestos que tomaram conta de todo o Brasil no segundo semestre de 2013 começaram de forma tímida e centralizada. Primeiro, nos grandes centros: Rio, São Paulo, Curitiba. Aos poucos, as outras cidades viram que também podiam colocar em pauta os diversos problemas que enfrentam, diariamente, e viram que também podiam ir para as ruas. Expor suas dificuldades e fraquezas, pedir providências, tomar uma posição frente às injustiças que presenciamos todos os dias.

E foi esse movimento que colocou brasileiros nas ruas em uníssono, clamando por melhorias diversas e lutando, cada um a seu jeito, por um país melhor. É essa união, é essa

vontade de mudar que transformou as manifestações em uma das uniões populares mais belas que já vimos em anos.

O que mais se questionou, no entanto, foi a validade desses protestos. Se as pessoas que ali estavam realmente tinham objetivos e quais seriam eles. O que importa, na verdade é que as pessoas voltaram a perceber que mudanças são feitas com atitudes, não só com ideologias (ou, na era do digital, com compartilhamentos e curtidas). Não importa muito se todos os brasileiros que foram às ruas não tenham ideais próprios. O que importa é que eles estavam lá, representando a vontade de mudança. E essa vontade é coletiva.

Acontece

Setembro

- 25 - Módulo I do Curso 'Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade';
- 28 - Formatura do Curso de Juristas Populares de Guarabira
- 29 - Planejamento da Rede de Juristas Populares.

Outubro

- 14 - Reunião do Projeto 'Cidade Sustentável é Cidade Legal' em Mussumagro;
- 16 - Reunião do Projeto 'Cidade Sustentável é Cidade Legal' no Citex;
- 17 - Reunião do Projeto 'Cidade Sustentável é Cidade Legal' em Sapé;
- 16 - Oficina no Citex;
- 23 - Módulo II Curso 'Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade'.

Novembro

- 13 - Oficina no Citex;
- 14 - Oficina em Sapé;
- 20 - Módulo III do Curso 'Direitos Humanos, Cidadania e Direito à Cidade';
- 28 - Oficina em Mussumagro.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da
Fundação de Defesa dos Direitos
Humanos Margarida Maria Alves.
Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro
CEP: 58011-110, João Pessoa, PB.
Telefone/fax: 3221-3014
www.fundacaomargaridaalves.org.br
fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br
Jornalista responsável:
Andréia Martins (DRT 2998/PB)
Fotos: arquivo da entidade
Tiragem: 1000 exemplares
Apoio: Misereor
Impressão: Gráfica JB

Acompanhe a Fundação nas Redes Sociais!



@FundacaoMMAlves



Fundação Margarida Maria Alves



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?
Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Filiada ao



Movimento Nacional
de Direitos Humanos
Luta pela Vida, Contra a Violência

Fundação forma mais 25 Juristas Populares e busca parcerias

Mais 25 pessoas comprometidas em atuar em suas comunidades como multiplicadoras do conhecimento jurídico foram empoderadas com o Curso de Formação de Juristas Populares da Fundação Margarida Maria Alves. Em uma festa realizada no último dia 30 de agosto, os (as) novos (as) Juristas receberam seu certificado e comemoraram mais uma conquista.

O evento foi dividido com o lançamento da Campanha 'Margarida na Memória', que disponibilizou todo o material de arquivo da Fundação sobre o caso de Margarida Maria Alves. Foi composta uma mesa, com a presença de Socorro Borges, da Secretaria Extraordinária

de Políticas Públicas para as Mulheres, por Alexandre Guedes, da Comissão de Direitos Humanos da OAB e por Maria da Conceição da Silva, presidente da Fundação. Eles falaram sobre a importância da luta de Margarida e da iniciativa de disponibilizar o material de arquivo da Fundação para o público.

A programação ainda contou com duas apresentações culturais da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cônego Nicodemos Neves, que fica no bairro do Funcionários, em João Pessoa. O grupo de Coral foi o primeiro a se apresentar, cantando três músicas. Logo em seguida, foi a vez do grupo de Hip Hop. Ao fim das apresentações, foram iniciadas as solenidades da formatura, contando com a entrega dos certificados pela coordenação do Curso e dos

padrinhos (as) escolhidos (as) pelos (as) alunos (as).

Nos últimos três anos, o Curso de Formação de Juristas Populares foi realizado em parceria com a Fundação Interamericana (IAF) e realizou 9 Cirandas de Direito, onde a principal atração era o 'Aconselhamento Jurídico' oferecido pelos (as) cursistas, que tiravam dúvidas da população sobre o Direito sob a supervisão de advogados (as) parceiros (as) da Fundação.

Esta é a 13ª Turma formada pela Fundação Margarida Maria Alves. Com o nome «Parceiros Construtivos», teve José Ribeiro da Silva e Ana Célia Monteiro como oradores, que, após suas falas, conduziram o juramento.» A Fundação está em busca de parceiros que possam dar continuidade a este



Os (as) novos (as) Juristas Populares formados (as) pela Fundação

projeto tão bom e bem sucedido e que tem se mostrado de grande importância para o desenvolvimento de nossa sociedade», afirma a advogada coordenadora do Curso, Annabella Chaves Alves.

Cursistas fazem 1ª Ciranda em Guarabira e Intercâmbio



hoje as relações homoafetivas.

A palestra sobre o assunto foi proferida pelo advogado parceiro da Fundação, Iverson Sheldon. Na segunda parte do dia, os (as) participantes puderam se apresentar e falar sobre as maneiras com o que o curso tem ajudado a contribuir no dia a dia de suas comunidades, colocando também seus planos, mostrando outros resultados e apresentando propostas pertinentes ao trabalho da Fundação.

Duas atividades realizadas em agosto contribuíram para que as turmas dos Cursos de Formação de Juristas Populares de João Pessoa e Guarabira pudessem ampliar seus conhecimentos e interagir.

A Ciranda de Direitos, realizada em Guarabira no dia 1º de agosto, foi a primeira versão da ação na cidade. Além de levar o aconselhamento jurídico à população, o evento ofereceu serviços como a retirada de documentos, oficinas de educação ambiental e ainda esclarecimentos sobre saúde e previdência social, dentre outras coisas.

Mais de mil pessoas, fora os cursistas, participaram da Ciranda,

que foi realizada no bairro do Mutirão, no Centro de Guarabira, cidade que recebe o Curso de Formação de Juristas Populares pela segunda vez.

Já o Intercâmbio de Juristas foi realizado em João Pessoa no dia 10 de agosto e foi direcionado somente para os (as) cursistas de João Pessoa e de Guarabira. Eles

(as) passaram o dia aprendendo as noções sobre Direito e Família e como organizá-las

Por último, foi apresentada, de forma resumida, a Lei de Acesso à Informação. De acordo com o pedagogo José Marcos Salgueiro, todo este processo pode ser usado como ferramenta para o cidadão buscar os conhecimentos de forma efetiva e organizada, facilitando a reivindicação dos seus direitos e o alcance da



Curistas participam da Ciranda em Guarabira (acima) e do Intercâmbio em João Pessoa

A morte de Margarida pela ótica de seu filho, Arimatéia Alves

“Eu vi tudo. Quando eu volto pra essa casa, eu me sinto como se eu tivesse voltado no tempo e vejo minha mãe caída no chão. Margarida foi única”. Com essas palavras, Arimatéia Alves, aos 39 anos, conta como é ser filho de uma das mulheres mais importantes para a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais no país.

“Ela cuidava de mim de uma forma muito especial e sabia que o trabalho dela no sindicato não ia acabar bem. De alguma forma, ela até tentava preparar meu pai para isso e de vez em quando dizia que era pra ele cuidar de mim quando ela não estivesse mais por ali. Hoje eu entendo o quanto a igualdade e a justiça eram importantes pra minha mãe, mas na época eu não sabia bem os motivos pra ela ter sido tirada de nós”, ele relata.

Além disso, Arimatéia conta que, após o crime, ele e seu pai, Severino Cassimiro, ficaram desamparados. “Ninguém me apoiou na época, não tive orientação psicológica, era muita dor, por isso que eu saí de Alagoa Grande”. Ele não tinha condições de manter a casa onde morava com os pais e onde o crime



Arimatéia na frente da casa onde sua mãe morreu, em Alagoa Grande, e onde hoje funciona um museu em sua homenagem

aconteceu. Por isso foi vendida para a prefeitura da cidade e transformada em um museu, onde estão expostos documentos, recortes de jornal, fotos e objetos pessoais de Margarida. Com esse dinheiro ele comprou sua casa em João Pessoa, onde mora desde então.

“Uma coisa é falar sobre outra pessoa. Outra é falar sobre você mesmo, sobre a sua família. Hoje a memória dela tem uma conotação política e social maior, mas para nós ainda é muito doloroso. Minhas tias não conseguem falar porque volta tudo. Eu também não

conseguia, mas hoje eu falo sobre ela. A memória dela não pode se apagar”, desabafa. Ele conta que a insatisfação da família é piorada por conta do crime permanecer impune. Para ele, tanto o estado quanto o governo federal foram omissos.

“A minha maior tristeza é essa: que meu pai vai morrer e não vai ver os responsáveis pela morte da minha mãe punidos. Não vai receber a indenização pela qual lutamos tanto”, lamenta. Poucos dias depois, Severino Cassimiro morreu, aos 96 anos de idade.

Saiba mais sobre a campanha 'Margarida na Memória'



“Acreditamos que o acesso à verdade e à justiça acontece por meio da educação, da informação e da liberdade de comunicação. Nossa atitude é pioneira e pretende, ainda, despertar a colaboração de entidades sociais públicas ou particulares que também possuam documentos para formar um banco de dados nacional sobre o caso Margarida Maria Alves”, completa Marcina.

Para lançar a campanha, duas ações foram pensadas pela Fundação: uma panfletagem na cidade de Alagoa Grande, onde Margarida morava, exatamente no dia 12 de agosto, data em que foi morta. Foram distribuídos mais de mil panfletos, divulgando a disponibilização do material. Uma segunda atividade foi realizada no dia 30 de agosto, durante a formatura da 13ª turma do Curso de Formação de Juristas Populares, e contou com uma mesa com Alexandre Guedes, advogado representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Maria do Socorro Borges, da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres e Maria da Conceição da Silva, presidente da Fundação.

Pessoas interessadas na história dos direitos trabalhistas do campo, do Brasil e da Paraíba agora podem acessar documentos relacionados a uma de suas principais personagens: Margarida Maria Alves. A Fundação passou a disponibilizar, em seu site intitucional, mais de 35 documentos (entre atas, petições e recortes de jornal) de seu acervo particular, todos relacionados ao assassinato da líder camponesa, que completou 30 anos em agosto de 2013.

De acordo com a coordenadora de projetos

da instituição, Marcina Pessoa, esta é uma tentativa de fortalecer a memória brasileira e instigar pesquisadores, alunos, trabalhadores e a sociedade, em geral, para a lembrança da luta de Margarida.

Com a constante requisição desses documentos por parte da sociedade, a Fundação resolveu digitalizar esse material para que ele se torne acessível para todo o público. Para isso, basta acessar a página da Fundação:

<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/campanha-margarida-na-memoria/>